



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



## EDITAL DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2026

### 1. DO OBJETO

1.1. Dispensa de licitação com fundamento no art. 75, inc. II da Lei nº 14.133/21, visando a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de Designer Gráfico, com o objetivo de atender às necessidades institucionais de comunicação visual da Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, abrangendo a criação de artes gráficas, logotipos, identidades visuais, materiais digitais e impressos, bem como apoio técnico à divulgação de ações, programas, campanhas e eventos oficiais do Município para o exercício de 2026, suprindo a necessidade da Diretoria de Comunicação e a solicitação da Secretaria de Governo.

1.2. As especificações e os quantitativos do objeto desta dispensa estão descritos conforme anexo I deste termo.

### 2. DAS JUSTIFICATIVAS

A aquisição em questão tem o escopo de suprir a necessidade da Secretaria de Governo, visto que, atualmente, o quadro de servidores da Prefeitura Municipal não conta com profissional habilitado na área de Design Gráfico, o que inviabiliza a execução interna das demandas técnicas de comunicação visual, especialmente aquelas que exigem conhecimento especializado, domínio de softwares específicos e experiência profissional.

O exercício de 2026 será um ano atípico e de grande relevância histórica, uma vez que o Município celebrará o Sesquicentenário (150 anos), o que implicará:

- Realização de grande volume de eventos institucionais, culturais, esportivos e comemorativos;
- Criação de identidade visual oficial dos 150 anos;
- Desenvolvimento de logotipos, selos comemorativos e materiais padronizados;
- Produção constante de artes para redes sociais, campanhas informativas e publicitárias;
- Confecção de materiais gráficos como banners, faixas, cartazes, placas, outdoors, convites, folders e demais peças visuais;



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



- Necessidade de padronização visual e fortalecimento da identidade institucional do Município.

Diante desse cenário, a contratação de serviço especializado torna-se essencial para garantir qualidade técnica, padronização visual, agilidade na entrega das demandas e adequada comunicação com a população, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

Ademais, é notório que a Administração conta com parcisos recursos e serviços dessa natureza, sendo necessária contratação dos mesmos, o que acarreta um grande empenho da seção municipal em demandas deveras burocráticas e necessárias.

Desse modo, ao optar pela celebração de um contrato, a Secretaria de Governo terá um significativo cumprimento de suas obrigações.

## 3. DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

A contratação será formalizada por meio de dispensa de licitação, conforme permissivo legal contido no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21, que permite contratação direta que envolva valores inferiores a R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de serviços em geral e compras.

Nesse sentido, uma vez que a contratação pretendida corresponde a valor inferior ao referido na lei e a despesa não constitui fracionamento indevido, bem como o somatório das despesas realizadas com objetos idênticos ou de mesma natureza (do mesmo ramo de atividade), no mesmo exercício financeiro, por esta unidade gestora, não ultrapassa o limite estabelecido pelo art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21, destaca-se o pleno atendimento dos requisitos legais.

Em conformidade com a Lei 14.133/21, art.75, §3º, incisos I e II caput, o orçamento coletado pelo setor solicitante, mediante consulta direta com fornecedor para pesquisa de preço, estimativa do valor médio praticado no mercado e que apresente-se de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência, contenderá concomitantemente com as propostas adicionais de interessados após a publicação de abertura do processo de Dispensa de Licitação, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

## 4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



A presente demanda refere-se à necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Designer Gráfico, de forma continuada, para atendimento das demandas institucionais da Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras.

## 5. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

As despesas decorrentes desta aquisição estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento de Santa Cruz das Palmeiras- SP, para o exercício 2026, na classificação abaixo:

Ficha: 25 – Secretaria de Governo – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

## 6. JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO OU NÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.

De acordo com o que preceitua o art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123/2006, as contratações com base no art. 75, inc. II da Lei nº 14.133/21 deverão ser realizadas preferencialmente com microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

A preferência fixada no inciso IV do art. 49, da LC 123/2006 pode ser afastada em situações em que as peculiaridades práticas circunstâncias indicarem a inadequação da restrição das contratações a ME's e EPP's, por não ser “vantajoso para a administração pública” (art. 49, III da LC 123/2006), o que se evidencia em situações, por exemplo, de crise econômica, de redução dos recursos orçamentários, escassez de mercado específico, de fornecedores com aptidão destacada não enquadrados como ME's e EPPs..., a acarretarem conclusão quanto à conveniência de ampliação da pesquisa de preço (no caso de adoção do procedimento do §3º do art. 75 da Lei 14.133/21) ou escolha para fornecedores não enquadrados como ME's e EPPs;

## 7. PROPOSTA

A proposta deverá ser remetida com os dados da empresa (CNPJ, Razão Social, Endereço, Contato), datada e assinada pelo responsável pela elaboração.

---

PRAÇA CONDESSA MONTEIRO DE BARROS, 507 - CENTRO - PABX/FAX (19) 3672-1211  
13650-000 - SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP  
CNPJ 46.371.654/0001-22 - INSCR. EST.: 611.076.142-112



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



O descritivo dos materiais e seus quantitativos seguem o modelo anexo I neste Termo de Referência.

As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da sua apresentação, independente de declaração da empresa.

## 8. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (TRINTA) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vencedor da contratação e atestada pelo fiscal do contrato.

Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Constatando-se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei n. 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, de acordo com o critério de seleção de valor mais vantajoso de forma global.

## 10. PARA FINS DE CONTRATAÇÃO, DEVERÁ O FORNECEDOR COMPROVAR OS SEGUINTESS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

### HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, comprovada através de apresentação de certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal, comprovada através de Certidão de Regularidade Fiscal – CRF, emitida pela Secretaria da Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de acordo com a Lei nº 12.440/2011 e Resolução Administrativa nº 1.470/2011 do TST.

- Declaração de comprovação do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (MODELO – ANEXO II)

- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

## REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da proponente, que comprove(m):



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



- Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto da dispensa.

## QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRO

- Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede ou domicílio da licitante OU, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente que ateste que as empresas tenham tido o plano de recuperação concedido ou homologado em juízo.

- Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial referente aos processos distribuídos pelo PJe (processos judiciais eletrônicos) da sede da licitante OU, no caso de empresas em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente que ateste que as empresas tenham tido o plano de recuperação concedido ou homologado em juízo.

- A certidão descrita no item anterior somente é exigível quando a certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial da sede ou do domicílio da licitante contiver a ressalva expressa de que não abrange os processos judiciais eletrônico

## 10.5 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Conforme Art. 63 Inciso II da Lei 14.133/21 será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da empresa que apresentar proposta mais vantajosa.

Para se habilitarem a este certame, as empresas deverão apresentar os documentos elencados nos subitens 10.1, 10.2, 10.3 e 10.4 deste termo e cumprir os requisitos neles especificados.

Os documentos deverão preferencialmente ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar a análise.

Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia, ou qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração, por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta.



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal e certidão negativa de falência e concordata, ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) meses entre a data de sua expedição.

## 11. CONTRATO

A contratação será efetivada por meio de Nota de Empenho acompanhada de Autorização de Fornecimento ou Autorização de Execução de Serviço, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e decreto municipal 37/2023.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Obrigação de efetuar o pagamento nas condições acordadas;

Obrigação de fornecer as informações necessárias para que o fornecedor possa executar o seu trabalho.

## 13. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

Cumprir os prazos solicitados pela administração quando houver necessidade da execução do serviço.

## 14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo órgão Contratante, devendo a CONTRATADA fornecer todas as informações solicitadas no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento da solicitação.

A comunicação entre a Contratante e a Contratada se dará por meio do e-mail sem prejuízo de outros meios disponíveis.

A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal ou fatura para atesto da Administração no seguinte endereço eletrônico: [comunicacao@scpalmeiras.sp.gov.br](mailto:comunicacao@scpalmeiras.sp.gov.br)

## 15. DAS SANÇÕES



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



15.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

Der causa à inexecução parcial do contrato;

Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Der causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida para a dispensa;

Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa sem motivo justificado;

Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a dispensa ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;

Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores/prestadores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa;

Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

## 15.2 NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES SERÃO CONSIDERADOS:

A natureza e a gravidade da infração cometida;

As peculiaridades do caso concreto;

As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da

---

PRAÇA CONDESSA MONTEIRO DE BARROS, 507 - CENTRO - PABX/FAX (19) 3672-1211

13650-000 - SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP

CNPJ 46.371.654/0001-22 - INSCR. EST.: 611.076.142-112



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021

Santa Cruz das Palmeiras, 08 de janeiro de 2026.

LUIZ FERNANDO STOCCO  
PREFEITO MUNICIPAL



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



## **ANEXO I: TERMO DE REFERÊNCIA:**

### **DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Termo de Referência para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESIGNER GRÁFICO, DE FORMA CONTINUADA, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS**, a fim de garantir o devido funcionamento da Secretaria de Governo.

### **1. INTRODUÇÃO**

1.1 - Este TERMO DE REFERÊNCIA reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis para Dispensa de licitação para a contratação de empresa especializada em SERVIÇOS TÉCNICOS CONTINUADOS DE DESIGN GRÁFICO, suprindo a necessidade da Secretaria de Governo do Município de Santa Cruz das Palmeiras-SP, conforme especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência e nos requisitos da contratação descritos nos Estudos Técnicos Preliminares realizados com a finalidade de atender apenas demandas extraordinárias.

### **2. JUSTIFICATIVA**

2.1 - A comunicação institucional constitui ferramenta fundamental para a Administração Pública, assegurando transparência, publicidade dos atos e acesso à informação. No âmbito da Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, verifica-se crescimento contínuo das demandas por materiais gráficos e digitais, intensificado pela ampliação das ações governamentais, fortalecimento das redes sociais institucionais, realização de eventos públicos e necessidade de padronização da identidade visual.

2.2 - O exercício de 2026 apresenta relevância histórica excepcional em razão das comemorações do Sesquicentenário (150 anos) do Município, o que ocasionará aumento significativo e extraordinário na produção de



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



logotipos, identidade visual comemorativa, materiais gráficos e digitais, campanhas institucionais e ações de divulgação em larga escala.

2.3 - Constata-se que a Administração Municipal não dispõe, em seu quadro de pessoal, de profissional com formação técnica específica em Design Gráfico ou com atribuições compatíveis para atender tais demandas, sendo inviável a execução interna dos serviços sem prejuízos à qualidade, prazos, regularidade funcional e à imagem institucional.

2.4 - Os serviços de design gráfico possuem natureza técnica e especializada, exigindo conhecimentos específicos, domínio de ferramentas profissionais e experiência, não se confundindo com atividades administrativas comuns. Diante desse cenário, a contratação de serviços especializados mostra-se a alternativa mais vantajosa à Administração, considerando o caráter excepcional da demanda, a inexistência de cargo específico, a inviabilidade de criação imediata de estrutura permanente, a flexibilidade operacional e a economicidade.

2.5 - A contratação pretendida proporcionará melhoria da qualidade e padronização da comunicação institucional, maior alcance das campanhas públicas, agilidade na divulgação das ações municipais e adequada valorização das comemorações do Sesquicentenário, estando plenamente alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, publicidade e interesse público.

## 3. NATUREZA DO OBJETO

3.1 - Os serviços contemplados neste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

## 4. LEGISLAÇÃO BÁSICA

4.1 - O procedimento de contratação e execução deverá observar as diretrizes previstas nos seguintes dispositivos normativos:

4.1.1 - Lei Federal 14.133/2021 - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública e normas especiais, dos Decretos Municipais nº 6.110/2023 de 23/05/2023 (Registro de Preços) e 6.146/2023 de 23/05/2023, no que não conflitarem com a Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



## 5. OBJETO

5.1 - Dispensa de Licitação para futura e eventual Contratação de Empresa para prestação de serviços de DESIGNER GRÁFICO PARA O EXERCÍCIO DE 2026 através de DISPUTA POR LOTE GLOBAL, suprindo à necessidade da Secretaria de Governo, garantindo o bom funcionamento e a padronização destes serviços.

5.2 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 2021.

## 6. DETALHAMENTO DO OBJETO

6.1 - Os quantitativos pretendidos para a aquisição do objeto licitados são os expressos no TERMO DE REFERÊNCIA.

### ITENS (LOTE GLOBAL):

#### ITEM 01: 12 MESES – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESIGNER GRÁFICO.

#### ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

##### • Materiais Digitais

- Artes para redes sociais (posts, stories, capas, anúncios);
- Banners digitais e peças para sites institucionais;
- Apresentações institucionais;
- Materiais digitais informativos e educativos.

##### • Materiais Impressos

- Banners, faixas, cartazes e placas;
- Convites, folders, panfletos e programas;
- Outdoors e backdrops;
- Adaptação de layouts para impressão.

##### • Identidade Visual

- Criação de logotipos e selos comemorativos;



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



- Desenvolvimento de manuais básicos de identidade visual;
- Padronização cromática e tipográfica;
- Aplicação da identidade em diferentes suportes.
  - Apoio a Eventos
- Desenvolvimento de identidade visual de eventos;
- Criação de peças promocionais;
- Apoio técnico à comunicação visual de eventos oficiais.

**VALOR MENSAL MÉDIO: R\$ 3.933,33**

**VALOR ANUAL/TOTAL MÉDIO: R\$ 47.200,00**

6.2 – A contratada deverá cumprir com todos os serviços especificados acima.

6.3 - Garantir que todo o objeto contratado seja em conformidade com as especificações exigidas.

## 7. OBJETIVOS DA CELEBRAÇÃO DE PROCESSO

### 7.1 – OBJETIVO GERAL:

Garantir suporte técnico especializado em Design Gráfico, assegurando qualidade visual, padronização institucional, eficiência na comunicação pública e adequada divulgação das ações municipais, especialmente no contexto do Sesquicentenário.

### 7.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Criar identidade visual oficial dos 150 anos do Município; Padronizar a comunicação visual institucional; Garantir agilidade na produção de materiais gráficos; Ampliar o alcance e a efetividade da comunicação pública; Valorizar a imagem institucional da Administração Municipal.

## 8. REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO

Os serviços serão prestados de forma continuada, mediante solicitações formais da unidade requisitante, com execução predominantemente remota, podendo haver reuniões presenciais previamente agendadas.



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



## 9. PRAZO DE VIGÊNCIA

A celebração do processo terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade.

## 10. PERFIL TÉCNICO MÍNIMO DA CONTRATADA

A empresa deverá comprovar: Experiência mínima em design gráfico institucional; Portfólio compatível com o objeto; Profissionais habilitados; Capacidade operacional para atendimento contínuo.

## 11. NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA)

Tipo de demanda e prazo máximo:

- Artes simples até 48 horas
- Materiais médios até 03 dias úteis
- Identidade visual até 03 dias úteis

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços com qualidade técnica; Cumprir prazos e SLAs; Manter sigilo institucional; Realizar ajustes sem ônus; Atender orientações da fiscalização.

## 13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Fornecer briefing e informações necessárias; Fiscalizar a execução; Efetuar pagamentos; Designar fiscal do contrato.

## 14. MEDAÇÃO, ATESTE E PAGAMENTO

O pagamento será mensal, condicionado à comprovação da execução satisfatória dos serviços, mediante ateste do fiscal

## 15. CONSIDERAÇÕES FINAIS

15.1 - O presente termo de referência foi concebido com base nas normas legais aplicadas à matéria e nas premissas recomendadas pela Secretaria de Governo do Município de Santa Cruz das Palmeiras-SP.

15.2 - Este termo de referência constituirá parte integrante do edital da licitação a ser instaurada para viabilizar a contratação de empresa



## Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



devidamente qualificada e que apresente o menor preço por lote para execução do objeto desta demanda.

15.3 - As empresas interessadas em participar da dispensa de licitação serão integralmente responsáveis pela avaliação e levantamento dos custos relativos à execução do objeto, sendo inteiramente responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de avaliação equivocada ou da ausência desta.



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



## Anexo II

### PROPOSTA DE PREÇOS

#### Modelo de proposta de preços:

Ref.: Dispensa de licitação nº 02/2026

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de design gráfico para o exercício de 2026, a fim de garantir o devido funcionamento da Secretaria de Governo.

À

Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras:

A empresa ..... estabelecida à Rua ..... , nº....., Bairro ..... , Município de ..... , Estado de ..... , inscrita no CNPJ sob nº ..... Inscrição Estadual nº ..... , pelo presente, propõe fornecer o objeto da licitação, mediante a seguinte remuneração:

#### ITEM Nº 01 descritivo dos materiais.....

#### Valor unitário dos produtos R\$

**Prazo de Validade da Proposta:** \_\_\_\_\_

#### **RESPONSAVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Empresa/CNPJ

Assinatura representante legal



# Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

# Estado de São Paulo



## **ANEXO III**

## **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Prezados Senhores,

Pelo presente, [nome da empresa], [QUALIFICAÇÃO], por meio de seu(s) REPRESENTANTE(S) .....(S), declara, para fins do disposto no inciso VI, do artigo 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, sob as penas da legislação aplicável, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo aqueles em contrato de aprendiz, maiores de quatorze anos.

[LOCAL], [DATA]

**REPRESENTANTE**  
RG n° **CPF/ME** sob o n°